



Jorge Valdemar GUERRA (organização e descrição catalográfica das fotografias) (2017), *Arquivo Histórico Da Madeira – Imagens Antigas Do Funchal Urbano*, Série Coleção Iconográfica 2, [Funchal]: Direção Regional da Cultura – Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, 374 pp., ISBN 2182-9586.

Sugestão de leitura de

**FILIPE DOS SANTOS**

Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira

Conselho Editorial da revista *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série

Há empreendimentos culturais e editoriais que – ainda que incorrendo nós num arriscado exercício de previsão – estão destinados a permanecer no tempo como marcos e como paradigmas, como padrões a partir dos quais hão-de se medir e avaliar contributos da mesma espécie. Parece-nos que esta obra se insere plenamente nesta condição.

Folheamos e olhamos, à primeira vista, um catálogo de fotografias antigas do Funchal, acompanhadas de bastas e informadas legendas ou descrições. Mas este volume é mais do que um catálogo: acaba por ser um estudo de história urbanística, em primeiro lugar, e depois – poder-se-ia dizer, consequentemente – de história política e administrativa, económica, cultural e social do Funchal na Época Contemporânea; é, afinal, uma história, ilustrada, da cidade.

A obra começa com uma «Nota de Abertura» de Natércia Xavier, Diretora Regional da Cultura à altura da edição. Segue-se uma «Apresentação» feita por Fátima Barros, Diretora do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, que oferece já um primeiro olhar para o conteúdo e os parâmetros do volume. Depois, temos a «Introdução» e as «Imagens Antigas do Funchal Urbano», propriamente ditas, com as respectivas legendas – ambas (nota introdutória e legendas ou descrições catalográficas) saídas da pena laboriosa e valorosa do autor, Jorge Valdemar Guerra, colaborador do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. Finalmente, existe um útil «Índice Analítico».

Este volume é o segundo da colecção mencionada em epígrafe e é composto por 358 fotografias com os limites temporais *a quo* e *ad quem* de meados do século XIX e meados da centúria subsequente.

Nesta obra, Jorge Valdemar Guerra apresenta, fotografia a fotografia, um

percurso que se inicia no tradicional «*core*» do Funchal – o antigo Terreiro da Sé fronteiro à Catedral –, percorre algumas das principais artérias da vetusta malha urbana, debruça-se sobre os pitorescos cursos de água que atravessam a cidade, deambula ao longo da orla marítima da baía [...], e trepa finalmente as íngremes vertentes do deslumbrante anfiteatro onde, perscrutando ao fundo a velha urbe, regista interessantes aberturas panorâmicas que permitem presenciar curiosos aspectos hoje desaparecidos, observados igualmente a partir do mar» (GUERRA, 2017: 7).

Surpreendemos, com efeito, nas fotografias reproduzidas e nas respectivas descrições, mutações de múltiplos espaços e estruturas da urbe. Alguns desses espaços e estruturas são os seguintes (apresentamos as denominações actuais – algumas vetustas, outras de Oitocentos e Novecentos): Avenida Arriaga; Largo D. Manuel I; Rua do Aljube; Largo de Gil Enes; Rua Dr. António José de Almeida; Largo da Restauração; Avenida Zarco; Fortaleza de São Lourenço; Avenida do Infante; Jardim Municipal; Teatro Municipal Baltazar Dias; Rua dos Aranhas; Largo do Chafariz; Rua 5 de Outubro; Rua da Alfândega; Rua do Esmeraldo; Rua de João Tavira; Rua dos Ferreiros; Praça do Município; Rua da Carreira; Rua Câmara Pestana; Ribeira de São João; Rua de São Pedro; Rua dos Netos; Calçada de Santa Clara; Ribeira de Santa Luzia; Rua 31 de Janeiro; Caminho do Comboio; Largo do Phelps; Rua do Carmo; Largo do Corpo Santo; Fortaleza de Santiago; Parque de Santa

Catarina; Rua da Imperatriz D. Amélia; Largo de António Nobre; Ponte do Ribeiro Seco; Ilhéu e Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição; Ilhéu e Fortaleza da Pontinha ou de São José; Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses; Rua Conde Carvalhal.

A propósito da forma e dos objectivos que enformam este volume, vale a pena voltar a citar o seu autor:

Admitimos que alguns dos textos catalográficos extravasam eventualmente o burocrático âmbito de uma convencional ficha descritiva. Todavia, tratando-se de descrições de imagens respeitantes a um tecido vivo como é uma cidade, objecto portanto de constantes metamorfoses – algumas particularmente infelizes, sublinhe-se –, torna-se quanto a nós imperioso não só analisar sem sofismas o respectivo instantâneo como também aludir ao que ocorreu antes da captação e o que sucedeu depois. De resto, outro crucial factor assim o justifica e determina. Diz respeito à inusitada proliferação de imagens antigas do Funchal nas apelativas «redes sociais» – como se fossem uma espécie de ocultos «tesouros» agora descobertos –, suscitando como é óbvio legítima curiosidade na vasta camada de utilizadores, mas induzindo equívocos nos internautas menos avisados, visto que as respectivas observações e profusos comentários transmitem, regra geral, informações anacrónicas destituídas de qualquer rigor ou fundamentação histórica» (GUERRA, 2017: 8).

Mostrando um Funchal que se transformou bastante nos séculos XIX e XX, o catálogo mostra, por conseguinte, parcelas relevantes de património desaparecido. Dado que não nos podemos demorar, apresentamos, fechando esta sugestão de leitura, dois exemplos apenas de estruturas – edifícios, instituições – relevantes da cidade do Funchal que não lograram chegar aos nossos dias.

O primeiro exemplo – sinalizado igualmente por Jorge Valdemar Guerra na «Introdução», entre outros – é, efectivamente, um caso clássico – talvez o maior exemplo oitocentista de depredação de património na capital da Madeira. Referimo-nos ao convento masculino de São Francisco, que ocupava – conjuntamente com a sua igreja e ampla cerca – o que hoje é o Jardim Municipal e áreas vizinhas, a Avenida Arriaga e, até, o Teatro Municipal Baltazar Dias (GUERRA, 2017: 56-61, 356).

Começou a ser construído no último terço de Quatrocentos, no extremo ocidental do chamado Campo do Duque, ou Terreiro da Sé, zona mais central da vila e depois cidade do Funchal. O edifício percorreu, como é normal, o seu caminho de crescimento, de modificações, de fomento artístico, o que permitiu

que culminasse num monumento ímpar no quadro da paisagem material e simbólica da cidade.

A extinção das ordens religiosas masculinas em 1834, porém, levou a que este convento franciscano fosse deixado ao abandono. Uma década depois, a Câmara do Funchal entra na posse deste espaço multissecular, com o propósito de ali edificar Paços do Concelho e Tribunal. Mas passaram-se anos e nada foi feito. Em meados da década de 1860, o convento, já deveras arruinado, apesar de ter tido vários usos transitórios – hospital, quartel, asilo, prisão, circo, teatro, etc. –, foi derrubado, em conjunto com a igreja, pelo camartelo camarário. Perdeu-se o convento – mas, em face de insuficiência financeira, a verdade é que também não se chegou a ganhar uma nova casa da Câmara Municipal. Assim, a solução para este espaço só foi encontrada em 1878 – um jardim, que abriu ao usufruto público alguns anos depois.

O segundo exemplo, com certeza de menor relevância histórica, mas ainda assim significativo, é o que diz respeito ao pequeno, hoje totalmente desaparecido, Hospital de São Lázaro (GUERRA, 2017: 54, 66, 206-207, 357), que albergava lázaros – ou seja, leprosos.

Esta instituição localizou-se a ocidente da cidade, muito perto da Capela de Santa Catarina, que ainda existe. Ficaria, pois, no espaço onde hoje termina o Parque de Santa Catarina e ali permaneceria até o século XX. Foi extinto em 1912; tornou-se no ano seguinte cadeia; e, finalmente, foi demolido, juntamente com a sua igreja, no contexto da construção do Parque de Santa Catarina, a partir da década de 40 do século XX.

Em volta da Capela de Santa Catarina e do Hospital de São Lázaro veio, ao longo dos séculos, a se constituir um núcleo habitacional – um bairro, se quisermos. Hoje, todavia, com exceção da referida capela, nada – nem o hospital dos lázaros, nem o bairro – permanece.

### **Filipe dos Santos**

(Funchal, 1980) É licenciado em História e Mestre em Estudos Locais e Regionais pela Universidade do Porto. É Técnico Superior do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira – Direcção Regional da Cultura – Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura – Governo Regional da Madeira. Tem várias publicações sobre História da Madeira, no âmbito das seguintes temáticas: recursos marinhos (sal, pesca), comércio, administração municipal, exéquias reais, dízimos, assistência social, entre outras. No ABM, integra o Conselho Editorial da revista *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série